
POR UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL DO SUDOESTE DO PARANÁ

FOR A SOCIOLOGICAL ANALYSIS OF THE SOCIO-SPATIAL CONFIGURATION
OF THE SOUTHWEST OF PARANÁ

POR UN ANÁLISIS SOCIOLÓGICO DE LA CONFIGURACIÓN SOCIOESPACIAL
DEL SUROESTE DE PARANÁ

Gabriel Pancera Aver¹

<https://doi.org/10.5935/2358-3541.2024136645-pt>

Resumo

Partindo da revisão bibliográfica dos estudos demográficos sobre os processos de configuração socioespacial do Sudoeste do Paraná e lançando mão de elementos teóricos da sociologia urbana, o presente artigo propõe o conceito de urbanismo como chave analítica para a interpretação das transformações na organização do território e das relações sociais no Sudoeste do Paraná, sugerindo dois deslocamentos analíticos em relação às perspectivas utilizadas nas pesquisas demográficas, sendo eles: 1) Deslocar a análise do fenômeno da desorganização do mundo rural de uma perspectiva que trabalha com o “eclipsar da existência dos modos de vida característicos do espaço rural”, para uma análise das modalidades de apropriação local, por parte do mundo rural, das características do modo de vida urbano; 2) Propor a consideração da noção de heterogeneidade como elemento teórico significativo para a realização de pesquisas sociológicas empíricas sobre as (re)configurações socioespaciais do Sudoeste do Paraná. Deste modo, considera-se que a noção de heterogeneidade em pesquisas empíricas sobre a configuração socioespacial da Região Sudoeste do Paraná possibilitaria a compreensão não apenas das transformações demográficas, mas também das modalidades de transformação mental que subsidiam e significam as reconfigurações do território e dos vínculos de solidariedade social do espaço rural, interpenetrado pelas características do urbanismo.

Palavras-Chave: Urbanismo; Sudoeste do Paraná; Espaço rural.

¹ Doutorando e Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (PPGSOC/UEL). Email: gabriel.pancera@uel.br

Abstract

Carrying out a bibliographic review of demographic studies on the processes of socio-spatial configuration of the Southwest of Paraná and mobilizing theoretical elements of urban sociology, this paper proposes the concept of urbanism as an analytical key to interpret of transformations in the configuration of the territory and social relations in the Southwest of Paraná, suggesting two analytical shifts to the perspectives used in demographic researches, namely: 1) Shifting the analysis of the phenomenon of disorganization of the rural world from a perspective that works with the “eclipsing of the existence of characteristic ways of life in rural areas”, for an analysis of the modalities of local appropriation, by the rural space, of the characteristics of the urban way of life; 2) To propose considering the notion of heterogeneity as a significant theoretical element for carrying out empirical sociological researches on the socio-spatial (re)configurations of Southwest of Paraná. Thereby, the paper highlight that the notion of heterogeneity in empirical research on the socio-spatial configuration of the Southwest Region of Paraná would make it possible to understand not only the demographic transformations, but also the modalities of mental transformation that subsidize and signify the reconfigurations of the territory and the bonds of social solidarity in the rural space, interpenetrated by the characteristics of urbanism.

Keywords: Urbanism; Southwest of Paraná; Rural space.

Resumen

A partir de una revisión bibliográfica de los estudios demográficos sobre los procesos de configuración socioespacial del Sudoeste de Paraná y recurriendo a elementos teóricos de la sociología urbana, el presente artículo propone el concepto de urbanismo como una clave analítica para interpretar las transformaciones en la organización del territorio y de las relaciones sociales en el Sudoeste de Paraná, sugiriendo dos desplazamientos analíticos en relación con las perspectivas utilizadas en las investigaciones demográficas, a saber: 1) Desplazar el análisis del fenómeno de la desorganización del mundo rural desde una perspectiva que aborda el “eclipse de la existencia de los modos de vida característicos del espacio rural” hacia un análisis de las modalidades de apropiación local, por parte del mundo rural, de las características del modo de vida urbano; 2) Proponer la consideración de la noción de heterogeneidad como un elemento teórico significativo para llevar a cabo investigaciones sociológicas empíricas sobre las (re)configuraciones socioespaciales del Sudoeste de Paraná. De esta manera, se considera que la noción de heterogeneidad en investigaciones empíricas sobre la configuración socioespacial de la Región Sudoeste de Paraná posibilitaría la comprensión no solo de las transformaciones demográficas, sino también de las modalidades de transformación mental que sustentan y significan las reconfiguraciones del territorio y de los vínculos de solidaridad social del espacio rural, interpenetrado por las características del urbanismo.

Palabras Clave: Urbanismo; Sudoeste de Paraná; Espacio rural.

INTRODUÇÃO

Composta por 42 municípios e delimitada ao norte pelo Rio Iguaçu, a oeste pela fronteira com a Argentina, ao sul pela divisa com Santa Catarina e a leste pelos campos de Palmas (PR), a região do Sudoeste do Paraná tem sido amplamente estudada, com ênfase na caracterização histórica dos fluxos migratórios e seus impactos na organização socioespacial. Esses estudos destacam-se especialmente nas áreas de planejamento urbano e territorial, modernização fundiária e, principalmente, nas pesquisas demográficas.

Partindo das formulações da geografia e da demografia, este artigo busca contribuir para uma análise sociológica dos processos de configuração socioespacial do Sudoeste do Paraná. O objetivo é considerar não apenas as transformações territoriais e seus impactos sobre a organização da vida no espaço rural, mas também as modalidades de apropriação local, por parte do rural, das características do modo de vida urbano. Para tanto, utiliza aportes teóricos da sociologia urbana e propõe dois deslocamentos na interpretação do objeto de estudo: 1) mudar a análise do fenômeno da “desorganização do mundo rural” de uma perspectiva que enfatiza o eclipsar dos modos de vida rurais para uma análise das formas como o mundo rural apropria-se das características do modo de vida urbano; 2) considerar a noção de heterogeneidade como um elemento teórico significativo para a realização de pesquisas sociológicas empíricas sobre as (re)configurações socioespaciais do Sudoeste do Paraná. Para desenvolver essa análise, foi realizada uma revisão bibliográfica, com o intuito de sistematizar a produção já existente sobre os processos migratórios e suas conexões com as transformações nas relações sociais e territoriais da região, além de identificar possíveis contribuições da sociologia para os estudos demográficos já realizados.

Para isso, o artigo está dividido em três seções. Na primeira, são apresentados os processos migratórios, as transformações na configuração do território e as modalidades de organização das relações sociais, com o objetivo de caracterizar o Sudoeste do Paraná a partir dos estudos demográficos existentes. Em seguida, os aportes teóricos de Wirth (1967) são sistematizados, visando propor uma análise das configurações socioespaciais a partir do conceito de urbanismo. Por fim, na última seção, é proposta uma leitura dos fenômenos de transformação social e territorial,

caracterizados pelos estudos demográficos, através da lente da sociologia urbana. Isso inclui a inserção da noção de heterogeneidade como um elemento teórico crucial para a compreensão das transformações no modo de vida e na organização do território, além de um deslocamento da análise do espaço rural sudoeste, movendo-se da perspectiva de “eclipsar do mundo rural” pós-modernização fundiária para a compreensão das modalidades locais de apropriação, por parte do rural, das características do modo de vida urbano.

SOBRE A ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DO SUDOESTE DO PARANÁ

A literatura científica existente sobre os processos de ocupação, colonização e organização socioespacial do Sudoeste do Paraná está majoritariamente concentrada na geografia, com ênfase em análises demográficas e de planejamento urbano e territorial. Nesse âmbito, Mondardo (2011) destaca que os processos migratórios exerceram particular influência na configuração e no desenvolvimento territorial da região, sendo possível identificar três períodos da evolução demográfica, sendo eles: entre 1900 e 1940, entre 1940 e 1970 e entre 1970 e 2000.

Até a década de 1940, o Sudoeste do Paraná é oficialmente descrito como um território praticamente despovoado, uma espécie de "terra de ninguém", escassamente habitado e quase inteiramente composto por terras devolutas cobertas por mata nativa intocada. Zatta (2016) e Langer (2007) apontam que a tese do “vazio demográfico” se sustentava na escassez de registros históricos sobre as formas de vida na região antes da chegada dos colonizadores europeus, além da baixa densidade demográfica.

Em 1920, a densidade demográfica da região era de aproximadamente 0,5 habitantes por quilômetro quadrado, um dado frequentemente utilizado para justificar a percepção de que indígenas² e caboclos³ eram desprovidos do status de

² A atual Região Geográfica Sudoeste do Paraná era habitada, majoritariamente, por grupos nativos, hoje autodenominados Kaingang (Weigert, 2020).

³ Com origem na etimologia Tupi, a palavra "caá" denota mato, selva, monte, enquanto "boc" indica retirado, saído, provindo (Mondardo, 2008). Nesse contexto, o termo "caboclo" é utilizado para se referir a todos os não-indígenas que habitavam as florestas ombrófila mista e os campos do Sudoeste do Paraná. Essa população cabocla era formada por migrantes provenientes do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, outras regiões do Paraná, Argentina e Paraguai. Composta por antigos ocupantes das fazendas no sul do Brasil, peões, ex-escravizados e fazendeiros empobrecidos, esses indivíduos se embrenhavam na mata em busca de recursos para a sobrevivência (Mondardo, 2011; Silva, 2012).

povoadores (Côrrea, 1980). No entanto, Abramovay (1981) argumenta que essa baixa densidade era uma característica fundamental para a existência e funcionamento da economia cabocla, que se baseava na agricultura e suinocultura de subsistência, organizada em espaços com pouca infraestrutura, refletindo o caráter nômade dessas populações.

O aumento da densidade populacional, a expansão das relações mercantis e o desmatamento para a criação de assentamentos permanentes e propriedades privadas resultaram na desestruturação da economia cabocla e, conseqüentemente, na expulsão dessas populações do território. Na literatura historiográfica, essa expulsão, tanto de caboclos quanto de indígenas, é frequentemente descrita como uma “fuga para o interior da mata”, em busca de novos espaços ainda não colonizados pelo homem branco, onde pudessem manter seu modo de vida. Assim, “a floresta já não se apresenta como um habitat opulento e um modo de vida, mas sim como um esconderijo” (Langer, 2007, p. 90).

Além de caracterizar e descrever as técnicas de produção, as relações de troca de produtos e a abundância de recursos naturais disponíveis para a reprodução da dinâmica de vida dos caboclos, os estudos de Abramovay (1981) oferecem uma contribuição singular sobre a concepção de riqueza compartilhada pelos caboclos, que estava ligada à fartura de alimentos e de recursos necessários para a reprodução da vida. No entanto, como ressalta Langer (2007), a obra de Abramovay é atravessada pela sobreposição da ideia de riqueza do colonizador sobre a concepção cabocla de prosperidade. Essa sobreposição se manifesta no contraste entre os caboclos, indígenas e colonizadores, sendo estes últimos retratados como os pioneiros que “domaram” as forças da natureza para povoar e transformar o território.

Os colonizadores, assim, são representados como os verdadeiros povoadores, já que as formas de ocupação cabocla e indígena do território não eram reconhecidas, sob a ótica do colonizador, como posse legítima da terra, no sentido jurídico. Mesmo que habitadas, as terras eram vistas como desocupadas ou devolutas. Portanto, o contraste que fundamenta a tese do vazio demográfico e o ocultamento da presença cabocla e indígena na região é um contraste civilizacional. Nesse contexto, o colonizador europeu é retratado como a figura pioneira do povoamento regional: em oposição aos caboclos e indígenas, o colono é representado como alguém que, por

essência, possui a disposição e o gosto pelo trabalho, além da habilidade para dominar a natureza (e as populações nativas) transformando-as em propriedade privada geradora de lucro (Langer, 2007; Zatta, 2016).

Esse período de “colonização pioneira” abrange as décadas de 1940 a 1970, sendo caracterizadas pelo intenso deslocamento de gaúchos e catarinenses para a região, consolidando a expansão da fronteira agrícola sudoestina, desenhando a estrutura fundiária regional com a policultura e a pecuária suína em pequenas propriedades familiares⁴ (MAGALHÃES, 2003). Este fluxo de migrantes se deu devido ao excedente populacional agrícola nos estados vizinhos, dada a ampliação das propriedades destinadas à pecuária e ao processo de minifundização decorrente do sistema de subdivisão das terras por herança familiar (Mondardo, 2011).

Concomitante ao processo de excedente agrícola em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, foi criada em 1943, no Sudoeste do Paraná, a Agrícola Nacional General Osório (CANGO), como parte da iniciativa do governo Vargas conhecida como Marcha Para o Oeste. A CANGO tinha como objetivo mobilizar contingentes populacionais significativos para ocupar, política e ideologicamente, os “espaços vazios” do território brasileiro, implementando uma agricultura racional e moderna. Assim, com o objetivo de fixar o homem no território, a CANGO buscou orientar o fluxo migratório para o Sudoeste do Paraná com o objetivo de criar “um novo trabalhador rural brasileiro, ordeiro, produtivo, voltado para o lucro, distante do seu meio natural, da sua tradição e do seu passado” (Lenharo, 1986, p. 14). Além disto, o projeto político da Marcha para o Oeste incluía a concepção da criação de um “espaço novo, de uma nova sociabilidade fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais” (Mondardo, 2011, p. 111).

Neste processo, além de profissionais rurais, a CANGO passou a ser incentivar a migração de trabalhadores urbanos, como “médicos, dentistas, açougueiros, farmacêuticos, comerciantes, professores, operários, entre outros” dando origem aos primeiros aglomerados urbanos na região (Mondardo, 2011, p. 109). Neste período, o contingente populacional passou de 76.376 habitantes, em 1950, para 230.379

⁴ As famílias que compuseram o segundo fluxo migratório para o Sudoeste do Paraná eram, em grande maioria, de origem alemã, italiana ou polonesa e dispunham de recursos oriundos da venda das terras no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, bem como de instrumentos de trabalho próprios para se alocar e produzir nas terras do Sudoeste do Paraná. Ver: Mondardo (2011).

habitantes, em 1960, sendo 59% da população residente de zonas rurais. Destaca-se que a taxa de crescimento populacional média no Brasil era de 3,12% ao ano, a do Paraná correspondia a 7,23% e a do Sudoeste Paranaense chegava a 12,40% (Feres, 1990). Em 1970, a população da região havia quintuplicado em relação ao número de habitantes registrado em 1940.

De modo similar, ao analisar o processo de colonização implementado pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A (Maripá) na região de Toledo (PR), Schneider (2001) enfatiza como o elemento étnico aparece como um lugar-comum explicativo da configuração socioespacial do Oeste e Sudoeste paranaense. Nesse sentido, o autor afirma a existência de um processo de inculcação de sentidos à colonização e aos colonos migrados selecionados como agentes centrais para a composição do espaço e da identidade regional. Protagonizada pelos dirigentes da Maripá, a seleção consciente de agentes colonizadores tinha como objetivo estabelecer uma referência fundadora, com base na projeção do modo de ser do colono migrado, como um grupo de indivíduos que representava uma “nova civilização”, pautada no desenvolvimento de um ambiente comunitário e progressista, sedimentado em aspectos religiosos, familiares e éticos, ontologicamente atribuídos ao modo de ser do colono descendente de alemães e italianos.

Em sua análise, o autor discorre sobre como os sentidos atribuídos à colonização e aos migrantes não foi um processo inocente, mas sim orientado pelo forjar de uma imagem para o empreendimento colonizador a partir da construção e difusão de uma série de significados particulares atribuídos à figura do colono. Nesse aspecto, afirma a existência de um gerenciamento científico e racional, por meio do qual a noção de alteridade não escapava aos olhos dos dirigentes. Pelo contrário, estes se esforçaram em diferenciar os colonos migrados de descendência alemã e italiana, que já estavam adaptados ao clima e terras do Sul, por serem provenientes de empreendimentos agrários precedentes no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, atribuindo ao processo de colonização um sentido de civilizatório e conferindo aos colonos “o papel de construtores do espaço regional” (Schneider, 2001, p. 235).

A caracterização ontológica dos colonos de descendência alemã e italiana como trabalhadores assíduos era o elemento que, na visão dos dirigentes da Maripá, assegurava e garantia o sucesso do empreendimento colonizatório conduzido pela

empresa. Nesse âmbito, a dimensão étnica atrelada ao trabalho é mobilizada como elemento que transforma a ação do homem em sinônimo de progresso material. Para isso, há uma série de atributos simbólicos que subsidiam a correlação entre trabalho e a etnicidade dos colonos de descendência alemã e italiana, dentre os quais Schneider (2001) destaca a projeção de que estes agentes colonizadores primavam pela operosidade e pelo amor à terra em que trabalhavam, eram honestos e tinham um espírito empreendedor, além de projetar o trabalho como o elemento que dignifica e enobrece as relações humanas.

Para tanto, havia uma seleção consciente e sistematizada, com parâmetros claros, para buscar maximizar a garantia do sucesso do empreendimento. Os colonos eram selecionados em três critérios, sendo eles, a origem, o valor produtivo e o desejo por fixar-se ao solo. Priorizavam-se os colonos de procedência das antigas colônias do Sul, que tivessem um maior valor produtivo e que não fossem considerados pessoas de “índole aventureira”. Nesse âmbito, a questão de origem era proeminente, na medida em que significava possuir uma “paternidade caracterizada, em portar valores culturais, em ter bons costumes e em saber idiomas coloniais”. A origem era a garantia de que não migrariam para a região aventureiros “despidos de honestidade, que prejudicariam o ambiente pacato e progressivo das novas colônias” (Schneider, 2001, p. 241).

Ao analisar os investimentos narratológicos da Maripá para caracterização dos colonos, o autor identifica como os categoremas utilizados pela empresa não eram desprovidos de preconceitos regionais e, por conseguinte, se caracterizavam como estigmas, na medida em que classificavam, por oposição, os indivíduos que não compunham o ser desejável para o projeto colonizatório. Em outras palavras, a caracterização do colono era feita por oposição aos indivíduos que não se integravam ao *ethos* do colono desejável, dentre os quais destacavam-se os caboclos, os paraguaios e os luso-brasileiros.

Assim, os diversos estudos e análises resgatados e mobilizados ao longo desta seção permitem identificar como o período da “colonização pioneira” é construída através da lógica da etnicidade, baseada na criação de fronteiras simbólicas e materiais que distinguem grupos, através de um processo contínuo de seleção de aspectos culturais (Barth, 1988). Nesse contexto, a dimensão étnica do trabalho, o

local de origem, a ascendência familiar e os valores éticos, religiosos e familiares, são ontologicamente atribuídos ao colono pioneiro. Esses atributos simbólicos e materiais designam e diferenciam os indivíduos considerados desejáveis e indesejáveis para o papel de construtores do espaço social no Oeste e Sudoeste do Paraná.

O terceiro período caracterizado por Mondardo (2011, p. 111), de 1970 a 2000, configurou-se pela implementação de um novo modelo agrícola, “subordinado ao padrão de acumulação capitalista do setor industrial e, conseqüentemente, vinculado ao pacote tecnológico que alterou radicalmente o processo produtivo do Paraná”. Com efeito, houve uma reconfiguração da dinâmica de crescimento e redistribuição espacial da população paranaense. No Sudoeste do estado, a região passou a experimentar uma transição de uma dinâmica centrípeta, que atraía migrantes, para uma direção centrífuga, resultando na migração da população para fora do território. Mondardo (2011) atribui essa transformação à nova divisão social e territorial do trabalho, implementada a partir da década de 1970. Essa reconfiguração foi impulsionada pelo acelerado êxodo rural, consequência direta da modernização da agricultura (ver tabela 1).

TABELA 1: POPULAÇÃO RURAL E URBANA DO SUDOESTE DO PARANÁ (1970-2010)

Anos	População Censitária - Total	População	
		Rural	Urbana
1980	590.086	392.243 (66,47%)	197.843 (33,53%)
1990	557.049	288.164 (51,73%)	268.885 (48,26%)
2000	557.443	219.484 (39,37%)	337.959 (60,62%)
2010	587.496	174.926 (29,77%)	412.570 (70,23%)

Fonte: Fankhauser e Melo (2019), elaborado com base nos dados do IPARDES (2017).

Na tabela 1, entre os anos de 1980 e 2000, identifica-se o movimento de regressão populacional supracitado, marcado por um acelerado êxodo rural. Os dados de Fankhauser e Melo (2019) já incluem a década de 2000 a 2010, apontando um novo crescimento populacional, atingindo, em 2010, população similar à da década de 1980, contudo, com a permanência do êxodo rural e do crescimento populacional urbano.

Segundo Mondardo e Backes (2007), é a partir da década de 1990 que os centros urbanos sudoestinos se tornam mais dinâmicos e especializados, impactados pela necessidade de escoamento da produção agrícola, pelo aumento da variedade de prestação de serviços públicos e privados e pelo comércio em geral, tendo como principais polos urbanos as cidades de Francisco Beltrão, Pato Branco e Palmas. Neste sentido, Fankhauser e Melo (2019, p. 81) identificaram dois fatores discriminantes que favorecem o crescimento urbano na região, sendo eles: a densidade demográfica e a industrialização:

As concentrações populacionais podem ser consideradas fontes de atração para uma concentração maior de indústrias, e vice e versa, além do que, a presença do setor moderno tende a gerar riqueza em um determinado local, e esse fato torna-se um ponto de maior atração a outras regiões que não o possuem.

Os dados publicados pelas autoras apontam que 75,85% dos municípios da região apresentam redução ou manutenção da densidade demográfica, o que indica que “cada vez mais as pessoas buscam se aglomerar e estar perto dos locais onde há mais recursos” (Fankhauser e Melo, 2019, p. 81). As autoras também identificaram que os municípios com aumento da densidade demográfica estão localizados próximos às cidades de Francisco Beltrão e Pato Branco, o que indica que o crescimento urbano destes dois polos regionais impacta a manutenção da densidade populacional dos municípios limítrofes, tendo em vista que há um maior dinamismo comercial e de prestação de serviços.

Mondardo (2011, p. 119) perspicazmente identifica que, a partir da década de 1970, a modernização da agricultura reconfigurou tanto o território quanto as relações no campo. O autor destaca elementos como a concentração de terras em grandes latifúndios, a padronização dos modos de produção, as novas modalidades de financiamento de insumos e maquinários agrícolas, além da desterritorialização e do envelhecimento da população rural. Esse processo, que o autor designa como “crise da roça”, configura uma “nova paisagem rural” no Sudoeste paranaense.

Para pequenos e médios agricultores, a aquisição de insumos e maquinários agrícolas tecnológicos tornou-se viável apenas por meio de sistemas de crédito bancário, os quais eram acompanhados por pacotes tecnológicos que promoviam a padronização e o controle da produção. O controle era realizado a partir do direcionamento, por exemplo, da aplicação do crédito na produção de determinada

cultura (milho, soja, etc.), da escolha de determinado tipo de semente e do uso de insumos químicos. Essa centralização do direcionamento da produção por parte dos credores resultou na formação de duas camadas distintas de camponeses: os abastados e os pobres (Feres, 1990). Assim, pequenos e médios produtores foram gradualmente absorvidos pela lógica do progresso tecnológico, que, em última instância, tornou-se insustentável em termos de pagamento dos créditos. Isso gerou um empobrecimento acelerado e um processo de desterritorialização – expropriação gradual da posse da terra – acompanhado pelo crescimento dos grandes latifúndios (Mondardo, 2011).

A desterritorialização acarretou um novo fluxo migratório, levando exproprietários rurais a se deslocarem para outros espaços rurais do estado ou do país, ou a se aglomerarem em áreas urbanas. Essa alteração na configuração socioespacial é evidenciada pela drástica redução populacional rural entre 1970 e 2010 (ver tabela 1). Em suma, a inserção de uma lógica pecuniária, caracterizada pelo financiamento de recursos tecnológicos para a exponenciação da produção agrícola, provocou uma desorganização da estrutura fundiária precedente (Mondardo, 2012).

As relações de colonato e parceria foram gradualmente substituídas por relações pecuniárias, baseadas na impessoalidade dos contratos de crédito, na atomização e segmentação da produção. A implementação de uma nova racionalidade econômica levou à redução drástica e ao envelhecimento da população rural. A permanência na terra não era mais vista como uma possibilidade de reprodução da vida, impondo um processo de saída dos jovens do campo para a cidade, seja para fixar residência, seja para deslocar-se, de forma pendular, ao trabalho na zona urbana (Mondardo, 2011).

Esse processo gerou duas novas categorias de trabalhadores agrícolas no Paraná, os volantes, “que se deslocavam segundo as necessidades de estação agrícola, sem local fixo de residência nem contrato de trabalho” e os boias-frias, “trabalhadores agrícolas que moravam na periferia das cidades e trabalham por tarefa” (Mondardo, 2011, p. 121). Além disso, para aliviar a pressão demográfica sobre a terra, a migração dos/as filhos/as dos/as proprietários/as para às cidades, para trabalharem como assalariados/as, também foi uma das alternativas encontradas por estes pequenos e médios proprietários (Mondardo, 2012).

Em síntese, os estudos sobre a configuração socioespacial do Sudoeste paranaense revelam como os fluxos migratórios estiveram profundamente relacionados à organização do território. Os sentidos da colonização moldaram a estrutura dos espaços rurais da região, inicialmente como pequenas propriedades familiares durante a frente pioneira de colonização e, posteriormente, com a modernização da agricultura, levando à formação de grandes latifúndios. No entanto, esses estudos são atravessados pela noção do “eclipse do mundo rural” como uma lente analítica para interpretar a organização socioespacial da região. Essa noção entende o processo de urbanização como um fenômeno irreversível que invade a sociedade rural, desarticulando gradualmente suas estruturas tradicionais e substituindo-as por elementos característicos do meio urbano (Kayser, 1990; Carmo, 2009). Partindo dessas pesquisas, o presente artigo busca propor um olhar relacional entre o urbano e o rural para realizar uma interpretação sociológica da organização socioespacial do meio rural na região analisada. Para tanto, mobiliza o conceito de urbanismo, cunhado por Wirth, que será sistematizado na próxima seção.

SOBRE O URBANISMO COMO MODO DE VIDA

O conceito de “*urbanisme*”, cunhado por Wirth em 1938, e traduzido para o português como “urbanismo”, parte da premissa de que a modernidade é caracterizada pelo crescimento de grandes cidades. Contudo, compreende-se que o grau com que o mundo contemporâneo pode ser denominado como “urbano” não é estipulado pelo quantitativo populacional global que habita as cidades, mas sim pela influência que as cidades exercem sobre a organização da vida social. Nesta perspectiva, a cidade é “o centro iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural que atraiu as localidades mais remotas do mundo para dentro de sua órbita e interligou as diversas áreas, os diversos povos e as diversas atividades num universo” (Wirth, 1967, p. 90).

Nesse sentido, o conceito de urbanismo, para Wirth (1967, p. 97), faz referência ao “complexo de caracteres que formam o modo de vida peculiar das cidades”. Assim, a urbanização não denota apenas o processo de atração de pessoas para a cidade e a incorporação destas no sistema urbano de vida, designa também a acentuação cumulativa de características reconhecidas como urbanas. Deste modo, a proposição

do autor é de que a atenção dos estudos sociológicos sobre o meio urbano deve residir sobre a sua capacidade de moldar o caráter da vida social à sua forma.

A cidade, definida como um “núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos” (Wirth, 1967, p. 97), tende a ser a localidade na qual as características do urbanismo são encontradas com maior nitidez. Contudo, o urbanismo não se restringe à linha limítrofe arbitrária da cidade, e suas manifestações enquanto modo de vida não cessam no limite da zona urbana. Pelo contrário, as características reconhecidamente urbanas têm se demonstrado como elementos “dominantes na nossa civilização e estenderam enormemente o modo de vida urbano para além dos limites da própria cidade” (Wirth, 1967, p. 94). Nesta perspectiva, a vida rural também é marcada pelo urbanismo, tendo em vista que é impactada, por meio do contato e da comunicação, pelo modo de vida das cidades, ainda que a influência da cidade sobre os modos de vida não seja capaz de eliminar completamente o modo de ser rural.

Deste modo, Wirth (1967, p. 91) trabalha com as noções de rural e urbano como “dois polos em relação aos quais todos os aglomerados humanos tendem a se dispor”, com o objetivo traçar uma tipologia das cidades, delineando e classificando as comunidades urbanas. Ao esboçar tal tipologia, o autor objetiva fornecer elementos de referência que colaborem na identificação da capacidade do urbanismo de moldar a vida social à sua forma específica. A elaboração conceitual do autor permite distinguir analiticamente os efeitos dos processos de industrialização e do capitalismo moderno sobre a organização da vida social dos impactos gerados pela extensão do urbanismo como modo de vida dominante.

A distinção entre os efeitos do capitalismo e da industrialização e os impactos do urbanismo podem ser analiticamente delimitados por meio de três noções centrais presentes na definição de cidade proposta por Wirth (1967), quais sejam: a quantidade, a densidade⁵ e a heterogeneidade da população que habita a cidade. Agrupadas, estas noções representam os elementos da cidade que caracterizam seu modo de vida particular e seus impactos, em graus variáveis, onde quer que cheguem

⁵ O número de habitantes (volume) e a densidade são critérios morfológicos utilizados por Durkheim (1987) para estabelecer uma correspondência entre a composição espacial e a organização das relações sociais. A incorporação de ambos os critérios na definição sociológica de cidade proposta por Wirth demonstra a influência de Durkheim sobre a sua obra (Rocha, 2009).

as suas influências. Assim, segundo Wirth (1967, p. 98), compreender a cidade como uma entidade social, significa alocar o interesse sociológico sobre a temática “nas formas de ação e organização social que emergem em agrupamentos compactos, relativamente permanentes e de grande número de indivíduos heterogêneos”.

Sobre a noção de quantidade, parte-se da premissa de que quanto maior o quantitativo populacional interagindo no interior de um determinado agrupamento compacto, maior a diferenciação potencial entre eles. A partir disso, é possível inferir que, quanto maior a quantidade populacional, maior a tendência de enfraquecimento ou desaparecimento dos vínculos de solidariedade característicos dos meios rurais. Há, portanto, uma relação de correspondência entre a variação na quantidade e uma modificação na organização e caracterização das relações sociais. Os vínculos de solidariedade típicos do meio rural são substituídos por relações atomizadas, impessoais, superficiais, transitórias e segmentárias. Em suma, as relações de cunho pessoal e íntimo são substituídas, gradualmente, por relações utilitaristas, baseadas, fundamentalmente, em uma lógica pecuniária (Simmel, 1979; Wirth, 1967).

Segundo Wirth (1967, p. 102), a predominância de relações segmentárias de cunho pecuniário “conduzem a relações predatórias que tendem a obstruir o funcionamento eficiente da ordem social”. Assim, o aumento da quantidade populacional leva à uma mudança na forma de organização da vida social, com uma acentuação da divisão social do trabalho e com a predominância de relações utilitaristas.

A acentuação da divisão do trabalho nos leva à segunda noção central na definição de cidade proposta por Wirth, a saber, a densidade. Segundo o autor, a concentração populacional em determinado espaço tende a produzir diferenciação e especialização. A especialização, por sua vez, depende de um mercado ampliado e denso para que seja sustentável. Este mercado é encontrado, fundamentalmente, no meio urbano e é suprido, apenas de forma parcial, pelo meio rural. Assim, “a predominância da cidade sobre o meio que a cerca torna-se explicável em termos da divisão do trabalho promovida e ocasionada pela cidade” (Wirth, 1967, p. 103).

A diferenciação gerada pela especialização também é identificada na distribuição geográfica da população no interior da cidade. Fatores como o local de trabalho, a renda, o status social, costumes, hábitos, características raciais, etc. são

significantes para a seleção e distribuição da população em locais mais ou menos distintos. Segundo o Wirth (1967, p. 104):

Elementos populacionais diversos, habitando localidade compacta, tendem a se separar uns dos outros na medida em que suas necessidades e modos de vida são incompatíveis uns com os outros e na medida em que sejam antagônicos. Do mesmo modo, pessoas de status e necessidades homogêneas, consciente ou inconscientemente, se dirigem ou são forçadas para a mesma área.

Com efeito, as diferentes partes da cidade adquirem funções especializadas, formando um mosaico social com fronteiras abruptas entre as suas partes. As zonas industriais ou de comércio, por exemplo, não são atraentes para fins habitacionais. O local de trabalho é desassociado do local de residência, o que acarreta uma maior mobilidade pendular dos indivíduos dentro do espaço urbano. Por consequência, “a divisão espacial entre vários locais frequentados por cada indivíduo durante o seu cotidiano altera o sentido das relações de proximidade, na medida em que a proximidade física pode deixar de representar uma proximidade afetiva e emocional” (Carmo, 2009, p. 258). Neste sentido, Wirth (1967), influenciado pelos aportes de Simmel⁶ (1979), afirma que a vida nas cidades, balizada entre o contato físico estreito e o distanciamento social, e o trabalho em comum “de indivíduos sem laços sentimentais ou emocionais, desenvolvem um espírito de concorrência, engrandecimento e exploração mútua” (Wirth, 1967, p. 105).

Por sua vez, a variedade de personalidades que habitam a cidade, em relação mútua, tendem a induzir uma maior estratificação social e heterogeneidade. O indivíduo, em contato com múltiplos estímulos e interesses, tende a ter contato com “grupos bastante divergentes, cada um dos quais funciona somente com referência a um segmento da sua personalidade” (Wirth, 1967, p. 106). Neste sentido, o autor atribui ao indivíduo urbano um status flutuante, devido à permanência transitória dos indivíduos nos grupos que coabitam a cidade. Como resultado, a população da cidade tende a ser, ao mesmo tempo, altamente diferenciada e despersonalizada. A despersonalização refere-se à uma influência niveladora inerente à base econômica da cidade. Em outras palavras, o caráter pecuniário da vida urbana faz com que as

⁶ Para Simmel (1979), a vida na metrópole, em contraste com a vida no campo, é caracterizada pela separação entre a proximidade física e o distanciamento mental.

relações sociais no interior da cidade sejam impessoais, calculistas e utilitaristas, desconectadas com vínculos íntimos e afetivos.

Segundo Wirth (1967, p. 108), o urbanismo pode ser explorado em três frentes empíricas na pesquisa sociológica, sendo elas:

- 1) Como uma estrutura física constituindo uma base de população, uma tecnologia e uma ordem ecológica;
- 2) como um sistema de organização social envolvendo uma estrutura social característica, uma série de instituições sociais e um modelo típico de relações sociais;
- 3) como um conjunto de atitudes de ideias e uma constelação de personalidades dedicadas a formas típicas de comportamento coletivo e sujeitas a mecanismos de controle social.

Para a presente análise, explora-se a noção de urbanismo como um sistema de organização social que envolve tanto transformações na estrutura característica da sociedade, quanto nas modalidades das relações sociais, buscando propor a análise das reconfigurações do espaço rural sudoestino interpenetrado pelas características do urbanismo não apenas em sua dimensão demográfica, mas também nas modalidades de apropriação local, por parte do rural, do modo de vida característico das cidades.

O/a leitor/a pode se perguntar: por que evocar postulados teóricos do início do século XX como proposta para interpretar a realidade social contemporânea? A referência aos clássicos, como Simmel, Park e Wirth, alinha-se à intenção deste artigo de retomar a cidade como uma lente para a teoria social, conforme discutido por Sassen (2010, p. 87). Isso porque a sociologia urbana, especialmente a da escola de Chicago, não estudava a cidade apenas como uma forma de compreender o urbano, mas também como uma maneira de analisar as relações sociais que se estabeleceram como padrões de “uma era” e que se sedimentaram nos modos de vida próprios da “urbanidade”.

Nesse sentido, a proposta de Wirth nos convida a considerar a cidade como uma categoria analítica útil para entender também processos não urbanos, ampliando a análise para além dos problemas sociais estritamente relacionados aos limites físicos da cidade. Assumimos, portanto, a cidade não apenas como uma unidade geográfica limitada, mas como uma categoria analítica que, nos termos de Sassen (2010, p. 89), se configura como uma “estrutura complexa que pode articular uma

variedade de processos transfronteiriços e reconstituí-los como uma condição parcialmente urbana”.

Isso não significa afirmar que as categorias clássicas da sociologia urbana da escola de Chicago sejam suficientes. Os modos de vida característicos da urbanidade não são estáveis ou estáticos e, por esta razão, desafiam os modos tradicionais de interpretação sociológica e de análise urbana. Nesse sentido, os deslocamentos analíticos que serão apresentados a seguir visam contribuir para uma reflexão sobre as modalidades empíricas de pesquisa, abordando a cidade e o urbanismo como categorias pertinentes para a análise de processos não urbanos.

CONTRIBUIÇÕES AOS ESTUDOS DEMOGRÁFICOS: O URBANISMO COMO CHAVE INTERPRETATIVA DA CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL

Os estudos sobre o Sudoeste do Paraná abordam as transformações na organização socioespacial dessa região a partir dos fluxos migratórios, dos impactos da modernização agrícola e da urbanização sobre a configuração e o modo de vida do espaço rural. Nesta perspectiva, o vínculo existente entre o urbano e o rural reside, fundamentalmente, na desterritorialização e na desorganização da vida no campo. A urbanização é alocada como uma consequência inexorável da modernização do modo de produção agrícola e a cidade é abordada como um destino infortúnio dos desterritorializados (ex-proprietários rurais). Em outras palavras, a cidade, enquanto categoria pertinente para a análise das transformações dos modos de vida, se perde no horizonte analítico, aparecendo apenas como destino consequente da modernização do campo. Neste sentido, indagamos: Como fazer uma leitura do fenômeno caracterizado por Mondardo a partir dos aportes de Wirth?

Para tal leitura, sigamos as características do urbanismo propostas pelo autor. A quantidade é apresentada como o elemento morfológico com correspondência linear à modificação na organização e caracterização das relações sociais, conduzindo a relações predatórias que tendem a obstruir o funcionamento da ordem social. O aumento exponencial do contingente populacional da região entre as décadas de 1940 e 1980 levou a uma reconfiguração do território e, conseqüentemente, a uma reconfiguração das relações sociais. Essas transformações são satisfatoriamente apontadas por Mondardo: a substituição do

colonato por uma agricultura moderna, financiada por sistemas de crédito bancário, reconfigurou as relações de solidariedade existentes entre os produtores, tornando-as impessoais, atomizadas e essencialmente pecuniárias. Wirth (1967, p. 102) aponta para a forma como a transformação dos vínculos de solidariedade conduzem a relações predatórias que obstruem o funcionamento da ordem social. A desterritorialização e o “esvaziamento do espaço rural” podem ser fenômenos lidos a partir desta afirmação de Wirth.

Os despojados do meio rural migram para as cidades atraídos pela maior quantidade de ofertas de emprego e/ou na modalidade de boias-frias (residentes na cidade, mas trabalhadores sazonais do campo). Neste caso, os aportes de Simmel (1979) e Wirth (1967) sobre a dissociação entre proximidade física e emocional também colaboram para a compreensão do fenômeno: a proximidade física dos que coabitam as cidades como boias-frias e/ou como assalariados não corresponde a uma proximidade afetiva e emocional. As relações afetivas entre vizinhos do meio rural não perduram na configuração do meio urbano enquanto assalariados e/ou trabalhadores rurais não residentes no campo. A divisão do trabalho, potencializada pela densidade e pelo dinamismo do urbano, desenvolve um espírito de concorrência e exploração mútua.

Até aqui, converge-se com a análise dos estudos citados na primeira seção, que destacam a desorganização da sociedade baseada no colonato e na parceria. Em outras palavras, os autores chegam a conclusões semelhantes às oferecidas pela leitura orientada pelas proposições de Wirth, embora se discorde da ideia de que essa desorganização representa um eclipse dos modos de vida típicos do espaço rural, uma perspectiva comum na maioria das interpretações analisadas. É importante ressaltar que o processo de urbanização e os efeitos do urbanismo para além dos limites da cidade não são homogêneos e “não são capazes de eliminar completamente os modos de associação humana que predominavam anteriormente” (Wirth, 1967, p. 92). Com base nos aportes de Wirth, propomos um deslocamento na análise do meio rural: em vez de apenas opô-lo ao urbano, devemos compreender as características do urbanismo que podem ser identificadas nas novas dinâmicas do espaço rural, assim como as maneiras pelas quais essas características são singularmente apropriadas pelos modos de vida próprios dos espaços rurais.

Nesta perspectiva, para além da compreensão da quantidade (e das transformações nos laços de solidariedade) e da densidade (e na compreensão da divisão social do trabalho, da diferenciação e da especialização), a noção de heterogeneidade pode colaborar para a compreensão sobre como o rural se apropria dos elementos urbanos. Afirmar isso significa compreender que o espaço urbano não pode ser apreendido uniformemente, como um tipo ideal, tendo em vista que os sistemas de apropriação das características do urbanismo se dão de forma circunstancial, a depender do contexto local de cada meio rural. Contudo, Carmo (2009), busca sistematizar condições interdependentes que podem ser identificadas como caracterizantes do espaço rural penetrado pelo urbanismo:

- a) A despeito da predominância de relações utilitaristas, atomizadas e impessoais, a menor densidade populacional e de circulação (em comparação com a cidade) faz com que a circulação de pessoas no espaço rural dificilmente passe despercebida: o indivíduo que circula no meio rural “é quase sempre identificado, seja como conhecido ou como desconhecido. Esta capacidade é impossível de empreender na grande cidade, com exceção de alguns bairros populares muito circunscritos” (Carmo, 2009, p. 275);
- b) O contato com o ambiente natural, seja pelo exercício da atividade agrícola, seja como simples estímulo sensorial proporcionado pela paisagem também é uma característica que permanece como significativa do espaço rural interpenetrado pelo urbanismo;
- c) “A importância dos fatores de ordem identitária e sociocultural que estão inscritos no espaço rural e nas respectivas vivências comunitárias”. Em outras palavras, cada comunidade rural reinterpreta, à sua forma, suas características “tradicionais” como modo de organização da identificação do modo de ser rural (Carmo, 2009, p. 276).

Assim, a ausência da heterogeneidade como elemento morfológico do urbanismo na análise da organização socioespacial da Região Sudoeste do Paraná inviabiliza a compreensão dos modos pelos quais o meio rural passou a se apropriar das características típicas do modo de vida das cidades na composição da sua população enquanto um grupo heterogêneo, de status flutuante e participe de distintos

grupos sociais. No meio rural interpenetrado pelo urbanismo, é comum identificar a dissociação entre o local de residência e trabalho o que gera uma diversificação dos laços sociais, gerando uma “importação de novos estilos de vida mais urbanizados, que passam pela incorporação de novos valores e rotinas como, por exemplo, o aumento e a generalização dos hábitos de consumo, o alargamento do tempo dedicados ao lazer (...)” (Carmo, 2009, p. 267).

A consideração da noção de heterogeneidade em pesquisas empíricas sobre a configuração socioespacial da Região Sudoeste do Paraná possibilitaria a compreensão não apenas das transformações demográficas, mas também das modalidades de transformação mental que subsidiam e significam as reconfigurações do território e dos vínculos de solidariedade social do espaço rural, interpenetrados pelas características do urbanismo. Possibilitaria, em suma, deslocar a análise de uma perspectiva do eclipsar do espaço rural, para a compreensão das modalidades locais de apropriação, por parte do rural, do modo de vida próprio do urbanismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma perspicaz, os estudos demográficos sobre a organização do território do Sudoeste do Paraná identificaram a influência dos fluxos migratórios nas transformações da organização regional, bem como analisaram os impactos da modernização fundiária nos modos de organização das relações sociais no espaço rural sudoestino. Contudo, os autores partem, majoritariamente, de uma perspectiva que observa o fenômeno da desorganização do mundo rural como um eclipsar de modos de vida pré-modernização da produção agrícola. Neste sentido, a proposição de Wirth (1967) em identificar como as características do urbanismo não se restringem aos limites físicos da cidade e, deste modo, pensar as formas como o mundo rural é interpenetrado pelo modo de vida urbana, permite o deslocamento da análise para uma chave interpretativa das modalidades de apropriação local, por parte do rural, do modo de vida típico do espaço urbano.

Deste modo, partindo de uma revisão bibliográfica sobre os estudos demográficos e a configuração socioespacial do Sudoeste do Paraná e mobilizando o conceito de urbanismo, o presente artigo buscou propor dois deslocamentos analíticos

que podem contribuir com os estudos demográficos na interpretação da configuração socioespacial da região, sendo eles:

- a) Deslocar a análise do fenômeno da desorganização do mundo rural de uma perspectiva que trabalha com o “eclipsar da existência dos modos de vida característicos do espaço rural”, para uma análise das modalidades de apropriação local, por parte do mundo rural, das características do modo de vida urbano;
- b) Considerar a noção de heterogeneidade como elemento teórico significativo para a realização de pesquisas sociológicas empíricas sobre as (re)configurações socioespaciais do Sudoeste do Paraná.

Para tanto, considera-se que a cidade, enquanto categoria analítica e, mais especificamente, a noção de heterogeneidade, podem colaborar na realização de pesquisas sociológicas empíricas para a análise das transformações nos modos de ser e da racionalidade do espaço rural do Sudoeste do Paraná e suas vinculações com as reconfigurações do território e das relações e vínculos sociais. Em suma, os deslocamentos propostos sugerem a transposição analítica de uma ruptura de modos de vida pré-modernização, para a compreensão das reconfigurações, por meio da apropriação, do modo de ser rural, em uma perspectiva relacional entre o campo e os modos de vida próprios do urbanismo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformação na vida camponesa: o sudoeste paranaense**. 1981. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

CARMO, M. R. **A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação**. Revista Sociologias, n. 21, Porto Alegre, 2009.

CORRÊA, L. R. **O Sudoeste paranaense antes da colonização**. Revista Brasileira de Geografia. Ano 32, nº 1, 1970.

FANKHAUSER, E.; MELO, d. O. C. **Análise dos fatores discriminantes do crescimento urbano dos municípios do Sudoeste do Paraná no período de 2000-2010**. Revista Economia & Região, V. 7, n. 1, p. 62-84, Londrina, 2019.

FERES, J. B. **Propriedade de terra. Opressão e miséria – o meio rural na História social do Brasil**. Amsterdam: Cedla, 1990.

KAYSER, Bernard. **La renaissance rural**. Paris: Armand Colin, 1990.

LANGER, P. P. **Conhecimento e encobrimento: o discurso historiográfico sobre a colonização eurobrasileira e as alteridades étnicas no Sudoeste Paranaense**. Diálogos (UEM), v. 11, n.3, Maringá, 2007.

LENHARO, A. **A colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

MAGALHÃES, M. V. **O Paraná e suas regiões recentes: as migrações que também migram**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

MONDARDO, L. M. **Territórios migrantes: transterritorialização e identidades em Francisco Beltrão/PR**. Editora UFGD, Dourados, 2012.

MONDARDO, L. M. **A dinâmica migratória do Paraná: o caso da Região Sudoeste ao longo do século XX**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v. 28, n. 1, Rio de Janeiro, 2011.

MONDARDO, L. M.; BACKES, R. T. **As migrações e as transformações territoriais no sudoeste do Paraná**. Revista Faz Ciência, v.9, n.9, 2007.

SASSEN, S. **A cidade global – recuperando o lugar e as práticas sociais**. In: SASSEN, S. Sociologia da globalização. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SCHNEIDER, C. I. **“Nós e os outros”: Aspectos da formação de um consenso de comunidade (Oeste do Paraná, 1946-1960)**. História: Questões e debates, Curitiba, n. 34, p. 225-259, 2001.

SIMMEL, G. **A metrópole e a vida mental**. In: VELHO, O. G. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 [1903].

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental**. In: VELHO, O. G. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 11-26.

WIRTH, L. **O urbanismo como modo de vida**. In: VELHO, O. G. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1967 [1938].

ZATTA, R. **A colonização oficial do Sudoeste Paranaense e o mito do “vazio demográfico”**. Anais do XV Encontro Regional de História (ISSN 1808-9690). Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2016.

Artigo recebido em 07 de novembro de 2023.

Aprovado em 05 de novembro de 2024.